O JORNAL DE TODOS OS ACREANOS

# A TRIBUNA

Visite www.atribuna.com | e-mail-jornalatribunac@gmail.com

R$ 2,50 | Rio Branco, sexta-feira, 17 de setembro de 2021 | Ano XXII - Número 7.267

# Polícias desarticulam quadrilha que enviava droga para outros Estados

Operação conjunta cumpriu treze mandados em Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima

A Polícia Federal juntamente com as forças policiais de segurança pública estaduais (Polícia Civil e Polícia Militar do Acre), com do Ministério Público do Estado, deflagraram a "Operação Kaltes Blut", que visa desarticular organização criminosa de tráfico interestadual de drogas. Ao todo serão cumpridos treze mandados judiciais nas cidades de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, nove de busca e apreensão e quatro de prisão, com o apoio de 40 policiais. Página 4

## Movimento comunitário se une a Gladson Cameli para chamar população a se vacinar contra a Covid-19

O governador Gladson Cameli ouviu as principais reivindicações das lideranças comunitárias da capital e exortou os presidentes de associações de moradores e representantes de uniões e federações a conclamar a população para se vacinar contra a Covid-19. O encontro foi promovido pela Ceames, durante inauguração da sua sede, na rua Coronel José Galdino, no bairro Bosque. Página 5

## Governadores acionam Justiça contra propaganda enganosa da Petrobras

Cerca de 12 governadores ingressaram uma ação civil pública contra a Petrobras por "publicidade enganosa". Eles pedem a suspensão de uma propaganda, veiculada nas redes sociais que trata da composição do preço dos combustíveis. Página 3

## Decreto garante computadores a professores

O governo do Acre publicou o decreto que cria ação governamental destinada a garantir a aquisição de computadores por parte dos professores.

Página 3

## Presidente do TCE-AC ameaça entregar cargo por conta de limites impostos a conselheiros

Conselheiro Ronald Polanco

A sessão do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC) foi suspensa após o conselheiro Ronald Polanco Ribeiro ameaçar entregar a presidência da Corte aos pares. O desabafo é motivado pelas últimas decisões do Congresso Nacional de querer transformar os tribunais de controle externo em "faz de conta". Página 3

## Rejeição a Bolsonaro é de 53%

Página 7

## Deputado Luiz Gonzaga enaltece ação do Deracre na execução de obras no Juruá

Deputado visitou obras acompanhado do diretor do Deracre no Juruá, Luciano de Oliveira e foi informado do reforço previsto nas ações na região. Gonzaga elogiou o presidente do Deracre, Petrônio Antunes e a qualidade dos serviços. Página 8

Deputado Luiz Gonzaga durante visita a obra de ponte no Juruá

## Acre receberá cerca de R$ 200 milhões em emendas para os 22 municípios

O governo do Estado do Acre receberá cerca de R$ 200 milhões em emendas extraorçamentárias a serem executadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Acre (Deracre) em obras de infraestrutura nos 22 municípios do Acre. O recurso será destinado pelo gabinete do senador Marcio Bittar. Página 4



# Artigo

## Paulo Freire é um brasileiro que ainda tem muito a nos ensinar

*Silvio Almeida

Costuma dizer o historiador Luiz Antonio Simas que o Brasil é um empreendimento de ódio, pois é um país que se funda em um projeto de Estado-nação excludente. As instituições políticas e jurídicas brasileiras, que em grande medida atuam contra o povo —especialmente negros e indígenas—, sempre viram a cultura e a sabedoria popular como formas de vulgaridade, primitivismo ou "coisas de vagabundo".

Por isso, é comum na história do Brasil que tudo que coloque em questão o pacto antipovo que caracteriza o país seja tratado como ameaça; que tudo que se atreva a estimular a formação de uma consciência nacional-popular e crítica seja repelido.

Este ódio do Brasil contra a brasilidade que emerge da resistência do povo brasileiro talvez seja uma explicação para a intensa campanha difamatória promovida contra o filósofo e educador Paulo Freire, morto em 1997, e que completaria 100 anos de idade no dia 19 de setembro deste ano.

Nos últimos anos, a obra de Paulo Freire —um dos maiores pensadores da educação de todos os tempos, reconhecido nacional e internacionalmente— tem sido apontada por grupos reacionários como sendo o principal motivo da decadência da educação no Brasil.

Não é a desigualdade social, o baixo salário de professores, a falta de estrutura das escolas e nem a ausência de um projeto nacional o problema da educação. O problema, na misteriosa cabeça dessas pessoas, é Paulo Freire, que seria quase que um "educador do fim do mundo".

Talvez, neste ponto —e só neste e pelos motivos errados— os detratores de Paulo Freire tenham alguma razão, pois sua lição mais poderosa é: podemos pôr fim a um mundo que já não nos serve e podemos projetar outro completamente novo, em que caibamos todos nós.

Freire não enxergava a educação como um ato de "transferir" conhecimento, depositar saberes no aluno como se este fosse uma caixa ou um cofre. Este tipo de educação alienante —que não à toa denominava de "bancária"— concorre para que a exploração e a opressão sejam apresentadas à consciência dos indivíduos como dados "naturais" e não como circunstâncias históricas.

A educação para Freire é um processo de transformação que vai além do indivíduo. Na mesma linha traçada por Jean-Paul Sartre, Freire entendia o indivíduo sempre em situação, ou seja, sempre envolto pela facticidade e pela presença de outros indivíduos. Dessa forma, a educação, ao moldar a subjetividade, inevitavelmente interfere nos sentidos que o indivíduo atribui ao mundo em está lançado e na relação com outros indivíduos.

Com efeito, a educação para Paulo Freire não é apenas a mudança da consciência, mas a transformação do mundo, sem o que o indivíduo não se transforma. Entre mundo e ser humano há uma inextrincável relação dialética que, se pudesse ser desfeita, o ser humano deixaria de ser humano e o mundo perderia o sentido.

Em outras palavras: para Paulo Freire o ser humano é ser humano "no mundo" e o mundo só existe porque o ser humano nele habita.

Com essa proposição, Paulo Freire desfaz algumas ilusões de que é possível mudar a realidade apenas construindo escolas ou alterando diretrizes curriculares.

Educar é desenvolver a autonomia de alunos e alunas para que possam reivindicar a própria humanidade, o que se traduz na criação de um mundo em que não mais haja oprimidos e opressores. Inspirado por Frantz Fanon e Amílcar Cabral, Freire considera a educação um processo inevitavelmente político e revolucionário.

Para os que querem tornar aceitável a miséria e a exploração, Paulo Freire é o educador do fim do mundo. Com toda a sua amorosidade e rigorosidade, o filósofo brasileiro nos leva a pensar que este mundo, tal como conhecemos, precisa de fato acabar para que outro, fundado em uma práxis de solidariedade e respeito, possa vicejar.

***Silvio Almeida é Professor da Fundação Getulio Vargas e do Mackenzie e presidente do Instituto Luiz Gama.**

**A TRIBUNA**
SERVIÇOS EDITORIAIS A TRIBUNA LTDA, com sede na Avenida Ceará, nº 3357 - loja "2" - Telefone 3226-2626 - Jardim Nazle - ao lado da Central Globo - CEP: 69918-108 - CGC: 84.321.900/001-20 - Insc. Estadual 01.001.619/001-40

DIRETOR-GERAL: Ely Assem de Carvalho
DIAGRAMAÇÃO: Márcio Ferreira
REDAÇÃO: Cezar Negreiros e
FOTOGRAFIA
REVISÃO

*Artigos e matérias assinados não são de responsabilidade do jornal nem correspondem, necessariamente, a sua opinião

Assinatura Semestral: R$ 350,00 | Assinatura Anual: R$ 700,00

| TABELA DE PREÇOS DE PUBLICAÇÕES - JORNAL IMPRESSO | | |
|---|---|---|
| Valores por cm/col em reais | | |
| ESPAÇOS | Terça- sábado | Domingo |
| Primeira Página | 183,69 | 214,02 |
| Informe publicitário / Opinião / A pedidos | 26,88 | 33,34 |
| Página determinada | 55,91 | 64,53 |
| Página indeterminada | 51,99 | 62,70 |
| Encarte – milheiro – até 8 lâminas | 150,00 | 150,00 |
| 1 página indeterminada | 13.101,48 | 15.800,40 |
| ½ página indeterminada | 6.550,74 | 7.900,20 |
| Rodapé 6 colunas x 6cm | 1.871,64 | 2.257,20 |
| Rodapé 6 colunas x 8cm | 2.495,52 | 3.009,60 |
| Obs: acrescentar 30% no valor para anúncios coloridos | | |
| ASSINATURA ANUAL JORNAL IMPRESSO – R$ 700,00 | | |


# BomDia

**Polanco**
A reação do presidente do TCE, conselheiro Ronald Polanco às decisões do Congresso Nacional que deslegitimam as ações e competências dos órgãos e tribunais de controle mostra a coragem e a determinação que sempre foram sua marca, quer na política quer no exercício de suas funções no TCE.

**Renúncia**
Polanco ameaçou até renunciar ao cargo de conselheiro se o TCE for transformado em mero fantoche, em motivo de piada, em simples enfeite para a corrupção que grassará livre com as leis propostas.

**Corruptos**
O que os parlamentares propõem é elevar a corrupção, o descaso com o dinheiro público e com as leis ao Estado de arte. A partir da aprovação da legislação proposta, quem praticar desmandos na administração pública e for condenado a devolver o dinheiro desviado e multado poderá manter sua carreira política, se candidatar e usufruir dos crimes que cometeu. A Lei da Ficha limpa vira letra morta.

**Percentual**
Um gestor que simplesmente deixar de cumprir a determinação constitucional de investir o mínimo de recursos em Educação e Saúde deixa de ter qualquer punição. Talvez o máximo será uma repreensão, como um menino levado que é acobertado por pais permissivos. "Que traquinagem, Zezinho!" A população prejudicada, o sistema de Educação pública a Saúde das pessoas, que se lasquem. É isso que a alteração nas leis e no Código Eleitoral propõem.

**Sem vergonha**
Não há outra palavra a classificar os parlamentares que votaram a favor dessas manobras. São os mesmos que proíbem pesquisas de institutos sérios e liberam enquetes de sites manipuláveis, sem critério científico. Que acabam com punições a partidos que não alcançam as cotas de mulheres e negros. Que liberam o transporte irregular de eleitores, ressuscitando os currais eleitorais, que defendem o voto impresso, manipulável e que pode ser comprado ou forçado. Que vergonha.

**Reação**
O Brasil precisa de mais Polancos para denunciar essa ignomínia. Dos que fazem tudo para se perpetuar no poder. Esse país está entregue às baratas, aos ratos que corroem as instituições.

**Universidade**
O sempre incorreto ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou ontem que o Estado gasta muito com a manutenção das universidades e institutos federais e propõe a criação de universidade federal digital, cortando verbas das aulas presenciais e das unidades já existentes. Prova de que não tem compromisso com a Educação em sua forma mais abrangente, mas que quer apenas a formação de mão de obra sem opinião, sem vivência, sem questionamentos. Patético.

**Indígenas**
O senador Marcio Bittar criticou artistas e intelectuais que se posicionam contra a abertura de estrada que corta a Serra do Divisor, afirmando que os habitantes locais deveriam ser ouvidos. Pois bem: os indígenas dos dois lados da fronteira, no Brasil e Peru se levantam, contra a estrada, os ribeirinhos e moradores da reserva já se disseram contrários. Ou esses não contam? Com certeza, os grandes empresários que tem nas proximidades moram e que só querem uma desculpa para a devastação é que seriam importantes.

**Convite**
O senador Marcio Bittar confirma que foi sondado a deixar o MDB, mas que, apesar de considerar o convite, não é uma decisão para ser tomada de imediato. Só os pilares da ponte velha podem não saber que o projeto de Bittar é estar ao lado do presidente Bolsonaro, no partido em que ele enfim se filiar para as eleições do próximo ano. Ele e a ex-esposa Márcia, candidata ao Senado do presidente no Estado.

**Não vai**
Tanto que Márcia não quer nem ouvir falar de conversas com Jéssica Sales, Alan Rick e Mailza Gomes, que estabeleceram uma "entente cordiale", para a definição do candidato ao Senado. Márcia não vai abdicar de sua candidatura em nenhuma hipótese, nem se submeter a disputar outro cargo. Quer estrear na política como senadora.

**Esforço**
Por isso, Marcio se esforça para fazer de Flaviano o vice de Gladson Cameli. Para inviabilizar que o partido possa ter o candidato ao Senado e apoiar Márcia onde quer que ela esteja. Pode ser uma boa estratégia. Ou não. De vez em quando a esperteza engole o esperto.

**Operação**
Nova operação da PF prendeu quadrilha especializada em tráfico em Cruzeiro do Sul e o espanto foi a participação de um servidor do MP que passava informações sigilosas para os criminosos. O parquet participou da investigação e imediatamente afastou o funcionário. Decisão firme.

**Multa**
O ex-deputado cassado Manoel Marcos foi condenado a devolver aos cofres de Rio Branco, no prazo de 30 dias, o valor de R$ 114.013,01, devidamente corrigidos a contar do fato gerador, relativo aos gastos com diárias sem comprovação na época em que era presidente da Câmara Municipal, em 2018. Mais uma derrota do político.

**Ramais**
O deputado Luiz Gonzaga visitou as obras de ramais que o Deracre executa em Cruzeiro do Sul e em todo o Juruá e foi informado que as ações terão mais agilidade, com a entrega de usina de asfalto e reforço nas equipes. Ele elogiou muito a direção regional e o presidente do departamento, Petrônio Antunes.

**Vacinação**
O governador Gladson Cameli se uniu ao movimento comunitário para incentivo à vacinação. Ele considera absurdo o número de acreanos que não se imunizaram. Mais uma vez o governador veste a camisa para uma boa causa.

**Suspensa**
O Ministério da Saúde suspendeu a vacinação de adolescentes. Ação radical, prevendo inclusive que quem recebeu a primeira dose não receberá a segunda. Alegou falta de estudos científicos, mas na verdade, ficou a impressão de que o governo não quer é gastar mais com vacinas. Lamentável.

**Não adere**
De todo modo, o governo do Estado deu sinais de que não vai acatar a recomendação e deve manter a vacinação para os adolescentes, que tem vacinas para isso. Até porque recebeu ontem mais 100 mil doses.

**Aulas**
A decisão não afeta a previsão do dia 04 de outubro para retomada das aulas presenciais na rede estadual. Ontem. A secretária Socorro Neri foi empossar a nova diretoria de ensino de Epitaciolândia, que passa a estar mais afinada com o governo.

**Ônibus**
A Viação Floresta fez movimento ontem no terminal urbano em protesto contra a situação do transporte e a falta de apoio aos empresários. Quer forçar a aprovação da ajuda da prefeitura e tentar conter a CPI da Câmara Municipal. Vai contar, entre os vereadores, com o apoio de Francisco Piaba, do DEM, com altos interesses na empresa.



# Prefeito de Assis Brasil contesta os dados populacionais do IBGE

Cezar Negreiros

Prefeito Jerry Correia lamenta falta de Censo no município

O prefeito de Assis Brasil Jerry Correia Marinho esteve no dia de ontem no gabinete do chefe do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Acre (IBGE/AC) Marco Fábio de Souza Esteves, para contestar a estimativa populacional do seu município na região do Vale do Alto Acre. Com uma população estimada em quase oito mil pessoas, as unidades municipais de Saúde chegam atender quase 15 mil pessoas por conta dos moradores de Sena Madureira e Brasileia que vivem nos limites da divisa das três municipalidades.

Assis Brasil conta com uma população projetada em torno de 7.649 moradores, que corresponder por um aumento de 115 pessoas (1,5%) no período de 2020 para 2021. "Todos os prefeitos reclamam da demora do censo populacional que não é atualizado há 12 anos, por conta desta defasagem o problema dos limites e da perda das receitas", lamentou o coordenador - executivo da Associação dos Municípios do Acre (Amac), Marcus Frederick Lucena.

Informou que as prefeituras acreanas devem dar todo apoio às equipes de recenseadores do IBGE que retomam os trabalhos de campo no próximo ano. O estado do Acre conta com uma população estimada em torno de 906.876 habitantes, que corresponde por um aumento de 12.406 pessoas em comparação com o ano passado que contabilizava 894.470 habitantes. Esse levantamento apontou uma taxa de crescimento populacional no período de 2020 e 2021 de 1,4%, segundo as Estimativas de População dos municípios acreanos divulgado pelo IBGE/Acre.

A capital desponta com 419.452 habitantes que corresponde por um crescimento de 6.034 pessoas em relação com o ano passado que contabilizou 413.418 habitantes, pois corresponde por um acréscimo populacional de 1,5%, seguido de Cruzeiro do Sul que ganhou 688 pessoas (0,8%), pois contava com 89.072 habitantes subiu para 89.760 moradores. Sena Madureira tinha 46.511 habitantes e agora pulou para 47.168 moradores que representa um crescimento de 657 pessoas (1,4%), enquanto Tarauacá contava com 43.151 habitantes subiu para 43.730 moradores que representa por um aumento de 579 pessoas (1,3%).

**Crescimento populacional de alguns municípios**

O Marechal Thaumaturgo que tinha uma população de 19.299 pessoas, agora contabilizou 19.727 habitantes, que representa um aumento de 428 pessoas (2,2%). Rodrigues Alves registrou um crescimento de 2,1%, porque teve um aumento de 416 pessoas. A cidade localizada a margem da BR-364 tinha uma população de 19.351 habitantes, mas agora pulou para 19.767 habitantes, seguido de Brasileia que no ano passado tinha 26.702 habitantes, agora subiu para 27.123 moradores, um acréscimo de 421 pessoas (1,6%).

A cidade de Capixaba, situada na Estrada do Pacífico, teve um acréscimo de 272 pessoas, em comparação com o ano passado que tinha 12.008 habitantes e agora registrou 12.280 pessoas, que corresponde por um acréscimo de 2,3%. Já Plácido de Castro registrou um crescimento pífio, pois registrou apenas 1,0% em comparação com o ano anterior. Em 2020, contava com uma população estimada em torno de 19.955 e pulou para 20.147 pessoas que corresponde por apenas 192 pessoas. Senador Guiomard tinha 23.236 habitantes, mas fechou esse ano, com apenas 23.446 habitantes que representa apenas 210 pessoas (0,9%) e Feijó que contava com 34.884 habitantes, mas subiu para apenas 34.986 moradores, que corresponde por apenas 102 moradores (0,3%).

**Estimativa populacional**

Estes dados levaram em conta as populações residentes nos 22 municípios acreanos, mas tendo como parâmetro o dia 1º de julho deste anos. Os demais municípios estão assim distribuídos: Acrelândia, com 15.721 habitantes, que responde por 231 pessoas (1,5%); Assis Brasil, com 7.649 moradores que teve um aumento de 115 pessoas (1,5%); Bujari registrou 10.572 habitantes que representa 152 moradores (1,5%); Epitaciolândia 18.979 habitantes, com aumento de 283 pessoas (1,5%); Jordão, com 8.628 moradores, que representa um acréscimo de 155 pessoas (1,8%), Mâncio Lima, com 19.643 habitantes que representa um aumento de 332 pessoas (1,7%). O município de Xapuri, com 19.866 moradores que responde por um aumento de 270 pessoas (1,4%), enquanto Porto Acre registrou uma população de 19.141 pessoas, um acréscimo de 317 moradores (1,7%). Já Manoel Urbano, com uma população de 9.701 pessoas, um crescimento de 120 moradores (1,3%); Porto Walter, com 12.497 habitantes que representa um aumento de 256 moradores (2,1%) e Santa Rosa do Purus, fechou com 6.893 habitantes, que corresponde por 176 pessoas (2,6%).

## Acre recebe segundo maior lote de vacinas

Todos os municípios vão receber doses de vacina anticovid

O governo do Estado recebeu nesta quinta-feira, 16, do Ministério da Saúde, um total de 118.500 doses de vacinas contra o coronavírus, sendo 117 mil da Pfizer e 1.500 da Astrazeneca, representando o segundo maior lote já entregue no Acre, desde o início da campanha, iniciada no mês de janeiro deste ano.

O lote recebido nesta quinta destina-se à complementação da segunda dose para o público imunizado nos meses de julho e agosto, em todos os 22 municípios acreanos. Dessa forma, a Secretaria Estadual de Saúde (Sesacre), iniciou de imediato a distribuição para todas as regiões por meio do Programa Nacional de Imunização (PNI).

O sucesso da cobertura vacinal reflete a baixa nos registros de casos de coronavírus, conforme relaciona a secretária estadual de Saúde, Paula Mariano, destacando que hoje, o Acre tem 79,31% de sua população vacinada, quatro pacientes em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 11 em enfermarias.

"Nosso objetivo é zerar esses números, o que só será possível com 100% da cobertura vacinal e para tanto, precisamos que a população atenda o nosso chamado, se disponibilize para receber as duas doses, para que juntos possamos vencer o coronavírus", salientou a secretária.

Conforme esclareceu a coordenadora do PNI do Estado, Renata Quiles, 84% da população do Estado já recebeu a primeira dose e 79,31 já recebeu as duas doses. Manuel Urbano tem o maior percentual de vacinados, com 96,67% e Cruzeiro do Sul com 94,67%.

"A maioria dos municípios está com mais de 60% da sua população vacinada e vamos atuar com afinco junto aos que estiverem com coberturas menores. A população deve procurar vacinar, pois o imunizante só tem eficácia com o esquema completo", esclareceu Renata Quiles.

## Decreto regulamenta aquisição de computadores

O governo do Acre publicou, nesta quinta-feira, 16, no Diário Oficial do Estado (DOE), o decreto 10.060, que regulamenta a lei 3.778, de 1 de setembro de 2021, que cria ação governamental destinada a garantir a aquisição de computadores por parte dos professores, dentro do programa de inovação Educação Conectada.

Os computadores (notebooks) serão adquiridos com recursos financeiros decorrentes da ação governamental instituída pela lei e deverão apresentar as especificações técnicas iguais ou superiores designadas pela própria lei.

Os professores interessados em fazer adesão ao programa têm até o dia 30 de novembro e, para fins de transferência de recursos, as adesões realizadas até o fim de cada mês serão efetivadas no mês subsequente ao de sua aprovação. As despesas deverão ser comprovadas por meio de prestação de contas.

Nesse caso, o servidor tem 60 dias, contados a partir da compra, para a aquisição do notebook e cinco dias, contados da solicitação de autoridade competente, para a contratação do plano de internet. Ao todo, o governo do Estado está destinando em torno de R$ 44 milhões para a realização do programa.

A prestação de contas será encaminhada por meio do sistema de escola conectada e acompanhada de nota fiscal, não sendo aceita nota em nome de terceiros, independente do grau de parentesco, e nem nota fiscal emitida antes da transferência dos recursos.

Já a prestação de conta referente à contratação do plano de internet será feita por amostragem, por meio de critérios definidos pela própria Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (SEE), que ficará responsável, ainda, por relacionar os donatários contemplados.

Para ter direito à adesão ao programa, o professor precisa estar em efetivo exercício em sala de aula, nos centros, núcleos, classes hospitalares e demais unidades de escolarização e de atendimento da educação especial, tais como professor de AEE, intérprete de libras e mediador.

Também poderão participar da adesão profissionais do ensino público que estejam na gestão escolar, na coordenação de ensino, na coordenação pedagógica, na coordenação de centros e núcleos de atendimento da educação especial e no centro de estudo de línguas.

"Essa é a concretização de uma das 11 medidas de valorização e melhoria das condições de trabalho que o governador Gladson Cameli pactuou com os servidores de Educação do Acre. Uma proposta que contribuirá para que nossos profissionais em educação tenham esse apoio na continuação do trabalho não presencial, que ainda permanecerá neste período após a implantação do ensino híbrido", afirmou a secretária de Educação, professora Socorro Neri.

## Governadores acionam Justiça contra propaganda enganosa da Petrobras

Cezar Negreiros

Cerca de 12 governadores de Estados, inclusive do Distrito Federal (DF) ingressaram uma ação civil pública contra a Petrobras por "publicidade enganosa", eles pedem a suspensão de uma propaganda, veiculada nas redes sociais que trata da composição do preço dos combustíveis. O vídeo que circula na internet traz a seguinte mensagem: "Você sabia que hoje a Petrobras recebe em média R$ 2 a cada litro de gasolina que você utiliza?".

O preço do combustível leva em conta os seguintes tributos: ICMS (estadual), PIS (federal), COFINS (federal), PASEP (federal), CID (federal), além dos custos operacionais de cada posto de combustível, como folha de pagamento e demais fornecedores. A empresa estatal omite o custo do etanol anidro, adicionado a gasolina antes de chegar aos postos de combustíveis.

O governo do Estado garante uma receita mensal média de R$140 milhões, com a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis, mas que representa uma receita anual de quase R$ 1,7 bilhão. Apesar do Acre figurar no 3º lugar no quesito de valor mais alto da gasolina em todo o país, o governo do Estado não quis aderir ao movimento liderado pelo estados que fazem oposição ao governo Bolsonaro, como a Bahia, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Amazonas, Pará, Amapá, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal e Rio Grande do Sul.



# Polícias Federal e Civil desarticulam quadrilha e cumprem mandados

Mandados foram cumpridos em Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima

A Polícia Federal juntamente com as forças policiais de segurança pública estaduais (Polícia Civil do estado Acre e Polícia Militar do estado do Acre), e com o apoio irrestrito do Ministério Público do Estado do Acre, deflagraram hoje (16/09/2021) pela manhã a "Operação Kaltes Blut", que visa desarticular organização criminosa de tráfico interestadual de drogas.

As investigações se iniciaram ao final de janeiro de 2021, quando, após um trabalho integrado entre as forças policiais, a Polícia Militar encontrou às margens do Rio Juruá cerca de 141Kg de pasta base de cocaína que seriam distribuídos em diversos estados no Brasil.

Então a Polícia Federal, juntamente com a Polícia Civil do Acre iniciaram uma investigação conjunta e identificaram os autores e possíveis proprietários do referido entorpecente. Ao todo serão cumpridos treze mandados judiciais nas cidades de Cruzeiro do Su/Acl e Mâncio Lima/Ac – nove de busca e apreensão e quatro de prisão, com o apoio de 40 policiais.

Durante os trabalhos de investigação também foi verificado possível violação de sigilo funcional de um servidor do Ministério Publico do Estado do Acre que, passava informações sigilosas a um dos investigados, razão pela qual houve acompanhamento de todos procedimentos pelo Ministério Público do Estado do Acre.

A "Operação Kaltes Blut" - do alemão: "Sangue-Frio" – leva este nome em referência a um de seus principais alvos, praticava a "Sangue-frio" o tráfico de drogas de grandes carregamentos, enviando-os a outros estados do Brasil.

Os envolvidos estão sendo investigados pelos crimes do artigo 33 e 35 da Lei 11.343/06, art. 2 da Lei 12.850/13 e art. 325 e 349, ambos do Código Penal.

Em razão da pandemia causada pela COVID-19, todas as cautelas foram tomadas, para a segurança de todos os envolvidos.

## Governo entrega mais títulos de regularização

Promovendo dignidade e garantindo mais direitos para a comunidade de Senador Guiomard, o governo do Estado por meio de Instituto de Terras do Acre (Iteracre), realizou nesta quinta-feira, 16, a entrega de 39 títulos definitivos para os moradores dos bairros, Naire Leite I e Vila Nova Aldeia.

A regularização fundiária irá permitir que essas famílias possam ser incluídas em programas de acesso a créditos para melhoramento de moradias, assim como aos serviços realizado pela prefeitura. A entrega ocorreu na Escola Orlando Viana, Bairro: Naire Leite I. Os processos de viabilização das entregas dos títulos custaram 74 mil reais em recursos.

Representando o governador Gladson Cameli, esteve presente durante a cerimônia o secretário da Secretaria Extraordinária de Assuntos Governamentais, Alysson Bestene, que enfatizou o compromisso do governo em promover melhorias para toda a população acreana.

"O atual governo, desde que assumiu essa gestão teve uma preocupação com todos os municípios em regularizar esses espaços territoriais que hoje estão registrados em cartório, sendo este todo um trabalho técnico feito pelo Iteracre. E o trabalho de gestão governamental tem buscado cada vez mais valorizar as comunidades, não somente com ações dessa pasta, mas em todas as áreas, para garantir mais benefícios para a população do Estado do Acre", pontuou Alysson Bestene.

O presidente do Iteracre, Alírio Neto, disse que os títulos já foram entregues com registro em cartório. "Isso significa que as pessoas não terão mais gastos com matrícula. Com o título em mão, o morador já pode ir a um banco fazer um financiamento ou empréstimo para construir sua casa ou empreendimento", conta o presidente.

O presidente do Iteracre garantiu que serão realizadas mais entregas em todo o estado e somente na capital Rio Branco serão 2 mil títulos de regularização entregues até o fim do ano Foto: Jean Lopes

"Inclusive terá mais entregas no município e no interior do Acre, sendo que a meta é entregar dois mil títulos somente na capital Rio Branco até o final do ano", acrescenta o titular do Iteracre.

Nacinelia Magalhães, 46 anos, é moradora na localidade há 41 anos e faz o seu relato: "Fiz a compra da casa somente com o comprovante de compra e venda sem título da propriedade e é uma alegria imensa agora finalmente ter esse documento de posse definitiva", explanou a moradora.

Com a entrega, além dos benefícios que os moradores poderão ter acesso, a Prefeitura de Senador Guiomard vai poder trabalhar melhor na parte de infraestrutura dos bairros, segundo a prefeita Rosana Gomes.

Estiveram presentes no evento os deputados estaduais André Santos e José Bestene, o deputado Federal, Alan Rick, representantes da Senadora Mailza Gomes e do Senador Márcio Bittar, assim como o diretor presidente do Instituto Socioeducativo, Mário César Freitas, e o secretário da Secretaria de Indústria Ciência e Tecnologia (Seict), Anderson Abreu e o vice-prefeito de Senador Guiomard, José Martins.

## Acre receberá cerca de R$ 200 milhões em emendas extraorçamentárias

O governo do Estado do Acre receberá cerca de R$ 200 milhões em emendas extraorçamentárias a serem executadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Acre (Deracre) em obras de infraestrutura nos 22 municípios do Acre. O recurso será destinado pelo gabinete do senador Márcio Bittar.

O Deracre trabalha para garantir a trafegabilidade dos acreanos e dessa forma tem intensificado os serviços de pavimentação, reestruturação e infraestrutura de obras no Acre. Os recursos destinados pelo senador irão contemplar obras importantes, como a duplicação da AC-405 em Cruzeiro do Sul, anel viário em Brasileia/Epitaciolândia, pavimentação da estrada AC-445 que interliga Bujari a Porto Acre e recuperação da BR-364.

Para o diretor-presidente do Deracre, Petronio Antunes, a destinação de emendas ao governo do Acre é símbolo de confiança no governo de Gladson Cameli e compromisso selado com a bancada federal do estado no senado.

"Aproveito para agradecer a confiança do governador Gladson Cameli e toda bancada, na pessoa do senador Márcio Bittar, que recentemente enviou um número recorde de valores para que as equipes possam trabalhar. São obras muito esperadas, projetos que já estão adiantados e vão beneficiar os 22 municípios", enfatizou o diretor-presidente.

O governo do Acre segue em parceria com as prefeituras municipais no intuito de garantir a execução e entrega nos prazos estabelecidos, bem como se propõe acompanhar de perto a qualidade dos serviços. O envio de recursos para os municípios reflete o comprometimento com os acreanos e com o desenvolvimento do estado.

## Depasa realiza atualização cadastral de usuários

O Departamento Estadual de Água e Saneamento do Acre (Depasa) está realizando a atualização cadastral dos usuários da autarquia nos municípios do interior. Esta semana, a ação é realizada em Acrelândia. O objetivo é melhorar a qualidade do banco de dados e dar mais agilidade e eficácia à comunicação com o cliente. Atualmente o cadastro do Depasa no município conta com mais de dois mil usuários.

Considerando o momento de pandemia, a atualização cadastral é feita em domicílio, de forma gradual. As equipes coletam os dados conforme a rota disponibilizada pelo sistema. Para efetuar o cadastro, o usuário deve informar número de registro geral, do documento de identidade e CPF.

Durante o trabalho de campo, caso identificadas informações divergentes das que ainda constam no sistema, a orientação das equipes é para que o usuário vá até a sede do Depasa munido de documentos pessoais e documentação do imóvel para realizar a transferência de titulação.

"Temos dentro no banco do Depasa cadastros feitos há 30, 40 anos, que não tiveram nenhum tipo de atualização. Em conversa com a diretoria e equipe técnica, chegamos à conclusão de que qualquer planejamento ou outros passos que possamos dar são consequência dessa atualização cadastral. Já fizemos isso em Capixaba, Bujari e Porto Acre e, neste mês de setembro, seguimos em Acrelândia. O objetivo é alcançar todos os municípios do estado", lembrou o chefe do Departamento Comercial e de Faturamento do Depasa, Janderson de Assis.

Para Nézio Carvalho, morador da região central de Acrelândia, a atualização cadastral é mais uma ação que retornará em forma de benefícios para a população: "Vejo que os investimentos do Depasa hoje muito trarão de melhoramento para o abastecimento das famílias de Acrelândia. Água é vida, e o recadastramento traz uma legalidade para os consumidores ativos, aqueles que pagam em dia, retornando de forma positiva para a sociedade".

Com um cadastro atualizado, é possível agilizar e dar mais segurança ao atendimento. "Com os dados do cidadão regularmente atualizados no sistema, conseguimos emitir a conta no nome do usuário e identificar problemas como troca de titularidade não efetivada ou cobranças extremamente altas ou muito baixas. Levamos todas a situações para o sistema, de modo que possamos realizar a cobrança justa, e esse é um trabalho que será contínuo e constante nos municípios", enfatizou Janderson.

## Fundhacre retoma cirurgias bariátricas

A cirurgia bariátrica, popularmente conhecida como "redução de estômago", tem o poder de transformar vidas, sobretudo em relação aos casos mais graves de obesidade. A Fundação Hospital Estadual do Acre (Fundhacre) iniciou nesta terça-feira, 14, em Rio Branco, a retomada desses procedimentos.

A Fundhacre dispõe de um programa de obesidade que atendeu 35 pacientes entre 2019 e 2020. O governo do Estado tem buscado impulsionar a continuidade das cirurgias desse tipo ainda este semestre.

**Programa de Obesidade**

O Programa de Obesidade está presente em 22 capitais do Brasil, incluindo Rio Branco. A Fundhacre, que anteriormente realizava o procedimento tradicional, conhecido como "barriga aberta", adotou, a partir de 2019, a realização de cirurgias bariátricas por videolaparoscopia (vídeo).

Paciente do programa naquela unidade hospitalar, antes de ir para o centro cirúrgico, Neuza Saar Xavier afirmou: "Minha expectativa é a mudança de vida, a melhoria da saúde, além desse procedimento ser um sonho. Sinto um frio na barriga e estou muito feliz".

Há muitos benefícios motivados pela cirurgia bariátrica, o maior é a redução de doenças associadas à obesidade, como diabetes e hipertensão; além disso, há uma melhoria geral na qualidade de vida. Assim, o preparo pré-operatório do paciente para a cirurgia é fundamental, pois reduz as chances de possíveis complicações e aumenta o sucesso do procedimento.

"É importante que a comunidade saiba que o Programa de Obesidade é um serviço consolidado no Estado, sendo um dos mais completos da Região Norte. Nossa equipe multidisciplinar contempla mais de seis especialidades, pelas quais passam todos os pacientes até a efetivação da cirurgia. Os esclarecimentos e orientações não pararam e continuamos organizando as demandas para dar vazão ao serviço", relatou o coordenador administrativo do programa, Alyson Morais.

O fato de a Fundhacre contar com núcleos multidisciplinares de endocrinologia, fisioterapia, psicologia, nutrição e outros permite que o processo clínico e cirúrgico alcance o resultado esperado programado nas consultas.

"São 35 vidas mudadas, num casamento ad eternum, quer dizer, um acompanhamento contínuo entre pacientes e a equipe multiprofissional. Desde 2019 o programa tem experimentado mudanças, e o atual governo potencializou insumos e materiais para que fossem realizadas as cirurgias", destacou o cirurgião bariátrico e coordenador-geral do Programa de obesidade, Romeu Delilo.

Com o apoio do governo do Estado e a participação ímpar do Hospital Alemão Osvaldo Cruz, que proporcionou um curso para os profissionais em São Paulo, a equipe multidisciplinar da Fundhacre se capacitou para acolher os pacientes da bariátrica desde o pré-operatório até o pós-operatório, sendo que há uma assistência durante dois anos.



# Movimento comunitário se une a Gladson na guerra contra a Covid

Governador Gladson Cameli pediu apoio a líderes comunitários

A exemplo do que fez em Cruzeiro do Sul no último dia 25 de agosto, o governador Gladson Cameli ouviu nesta quinta-feira, 16, em Rio Branco, as principais reivindicações das lideranças comunitárias da capital e exortou os presidentes de associações de moradores e representantes de uniões e federações a conclamar a população para se vacinar contra a Covid-19.

O encontro foi promovido pela Central de Apoio às Associações de Moradores e Outras Entidades Civis Organizadas do Estado do Acre (Ceames), durante inauguração da sua sede, na rua Coronel José Galdino, no bairro Bosque.

Às vésperas de completar 1 ano e 6 meses da pandemia de Covid-19 no Acre - os primeiros casos foram registrados no dia 17 de março do ano passado -, Cameli fez um apelo aos mais de 50 representantes do movimento comunitário presentes na cerimônia: o de que chamem os moradores de Rio Branco que ainda não tomaram a vacina ou não completaram o ciclo vacinal a comparecerem para tomar o imunizante.

"Já se foi um ano e seis meses de luta diária no Acre, para que possamos virar essa página. Quero abrir salas de aulas com segurança, quero reiniciar novas obras na construção civil, em breve teremos recursos de mais de R$ 150 milhões de asfalto para recuperação de ruas em todos os 22 municípios. Mas isso só é alcançável com 100% de êxito se as pessoas se conscientizarem de que devem todas estar vacinadas", destacou Gladson Cameli, sendo prontamente correspondido pelos líderes sociais e comunitários.

Um deles é Shirley Souza, vice-presidente da União Municipal das Associações de Moradores de Rio Branco, que se comprometeu a promover um movimento pró-vacinação com todas as associações de moradores da capital. Na ocasião, sugeriu ao governo que promovesse um cronograma junto à entidade que ela representa para um "mutirão porta a porta", nas casas das pessoas, incluindo as comunidades mais longínquas da capital.

"Sabemos que a vacinação é importante e estamos à disposição para esse grande levante do bem contra a pandemia, ajudando a Secretaria de Saúde e o seu Programa de Imunização a ir, porta a porta, oferecer a vacina aos moradores que ainda não se vacinaram", prontificou-se Shirley.

Segundo a Secretaria de Estado de Saúde do Acre, ao menos 97.448 pessoas acima de 12 anos não se vacinaram sequer com a primeira dose. Outros 448.292 já tomaram a primeira, mas não compareceram para a segunda dose, embora metade desses ainda não estejam no período de receber a segunda.

No início da tarde desta quinta-feira, 16, o governo espera a chegada de um lote de mais 117 mil doses da Pfizer e outras 1.500 da AstraZeneca/Fiocruz, num total de 118.500 novos imunizantes.

## Procon e Ipem realizam ações itinerantes

Com o objetivo de orientar os consumidores sobre os seus direitos, o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor no Acre (Procon/AC) e o Instituto de Pesos e Medidas (Ipem/AC) promovem atividades itinerantes na central de Rio Branco.

Uma dessas ações foi desenvolvida nesta quarta-feira, 15, data que correspondente ao Dia do Cliente, quando empresas costumam oferecer promoções, produtos, sorteios ou até mesmo brindes para atrair e agradar os consumidores.

Para garantir que a data também seja marcada por bons hábitos, de acordo com as recomendações do Código de Defesa do Consumidor (CDC), os agentes técnicos das autarquias estaduais prestaram atendimentos e orientações aos consumidores e lojistas do Aquiri Shopping.

"Nesta data, aproveitamos para estreitar os diálogos com os fornecedores e endossamos que os clientes são o bem maior e que, portanto, devem receber um atendimento de qualidade e ser respeitados, observando sempre o que determina o CDC, o que contribui para uma boa relação consumerista, em que todos possam ficar satisfeitos", destaca a diretora-presidente do Procon/AC, Alana Albuquerque.

Os atos itinerantes no Aquiri Shopping também contaram o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/AC), da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Acre (Fecomércio/AC) e da Prefeitura de Rio Branco.

"Como se trata de uma área comercial bastante popular, onde transitam, diariamente, cerca de quatro mil pessoas, vemos essas iniciativas com muito entusiasmo, pois elas auxiliam as atividades dos permissionários, entre eles muitos que formalizaram suas lojas recentemente. Ou seja, cada vez mais, eles ganham amparos legais e consequentemente oferecem melhores serviços aos clientes", relata o membro da gerência do Aquiri Shopping, Gabriel Ribeiro.

Durante a abordagem, os técnicos do Procon/AC dialogaram com os consumidores e lojistas sobre algumas regras do CDC, como o direito do arrependimento, formas de pagamento, emissão de notas fiscais e propaganda enganosa, entre outras.

"Já os técnicos do Ipem/AC apresentaram diversas normas que são estabelecidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), exemplificando diversas regras de segurança, embalagens dos produtos, informações nas etiquetas e indicadores de pesos e medidas das mercadorias", declara o diretor-presidente da autarquia, Tom Sérgio de Menezes.

## Encontro traça estratégias para reduzir casos de diarreia no Vale do Juruá

Diante da recente elevação do número de casos de diarreia registrada na segunda região mais populosa do Acre, equipes dos governos estadual, federal e municipais se reuniram, nesta quinta-feira, 15, em Cruzeiro do Sul, para traçar estratégias de redução e detecção de possíveis causas da doença, que já afetou cerca de dois mil moradores no Vale do Juruá.

No encontro, representando o governo estadual, por meio da Secretaria de Estado de Saúde (Sesacre), estavam o chefe do Departamento de Vigilância em Saúde, José Gabriel Mesquita, e outros membros da pasta. Também se fizeram presentes à reunião cinco técnicos do Ministério da Saúde (MS) e a coordenadora de Vigilância Epidemiológica de Cruzeiro do Sul, Rafaela Oliveira.

Os municípios de Cruzeiro do Sul, Feijó, Tarauacá e Marechal Thaumaturgo são os que apresentaram maior incidência da doença, no período epidemiológico que data entre 11 de Julho a 4 de setembro. A partir disso, o governo iniciou, em parceria com secretarias municipais dessas cidades, investigações para descobrir os motivos causadores da doença, além de realizar análise de amostras de água e abrir unidades de saúde sentinelas para atendimentos à população afetada.

"Diante da situação, pedimos apoio do Ministério da Saúde, que veio nos apresentar propostas de identificação das causas do surto e juntos vamos discutir uma forma de controlar esse mal. A gente sabe que, quando há essa união de esforços entre os poderes, conseguimos êxito nas ações", ponderou José Gabriel Mesquita.

Entre as estratégias apresentadas pelos técnicos do MS, estão os estudos de caso, que serão realizados em famílias de acometidos pela enfermidade em Cruzeiro do Sul, e têm como objetivo identificar, por meio de questionário, as razões epidemiológicas, ambientais e laboratoriais da doença no município. Em Tarauacá e Feijó as equipes optaram por realizar avaliações nos óbitos acarretados pelo problema e serão realizadas visitas para instruir os gestores de saúde.

**A doença**

As doenças de transmissão hídrica e alimentar (DTHA) constituem uma síndrome geralmente caracterizada por diarreia, dor abdominal, febre, náuseas ou vômitos. As causas podem ser atribuídas à ingestão de água ou alimentos contaminados por bactérias, vírus, parasitas, toxinas ou produtos químicos. O período de incubação da doença dura, geralmente, de 1 a 7 dias. O tratamento é feito com medidas que visam evitar e tratar a desidratação e o agravamento do paciente.

**Orientações à população**

A chefe do Núcleo de DTHA da Sesacre, Débora dos Santos Gonçalves, traz orientações sobre os cuidados que a população deve adotar para evitar a contaminação.

"A gente pede que as pessoas tenham bastante cuidado no manejo da qualidade da água, verduras, vegetais e carnes consumidos. Orientamos os banhistas que não bebam água dos balneários, pois na maioria das vezes não temos acesso ao material hídrico desses locais e torna-se inviável realizar investigações. Reforçamos também que os moradores recebam as orientações do agente comunitário de saúde, que procurem usar filtros para tratar a água para consumo humano e para a manipulação de alimentos, e que, por fim, evitem aglomerações nesse período", orientou.

## Saúde capacita profissionais da Atenção Primária

Mais uma ação preventiva do governo do Acre relativa à Atenção Primária à Saúde da população vem sendo realizada com profissionais que atuam no Vale do Juruá. Entre os dias 15 e 17, de quarta a sexta-feira, a Secretaria Estadual de Saúde (Sesacre), em parceria com o Ministério da Saúde (MS), oferece, em Cruzeiro do Sul, uma capacitação voltada à assistência a recém-nascidos de baixo peso ou prematuros e seus familiares, destinada a enfermeiros, médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, técnicos de enfermagem e docentes da Universidade Federal do Acre (Ufac).

A turma é formada por 45 profissionais que atuam em Cruzeiro do Sul, Feijó, Tarauacá, Marechal Thaumaturgo, Mâncio Lima e Rodrigues Alves.

Catiana Rodrigues, coordenadora regional da Sesacre, relata a importância da formação, que, além de aprimorar os conhecimentos dos profissionais, visa também reduzir a taxa de mortalidade infantil, de infecções e de permanência desses usuários nas unidades hospitalares do Estado.

"A capacitação, denominada Método Canguru, foi pensada de forma que abranja desde a Atenção Básica, que neste caso é o acesso ao pré-natal, às unidades hospitalares, onde são recebidas as gestantes. A nossa intenção, após a redução dos índices relacionados à pandemia, é de trazer à região o apoio técnico, sobretudo do MS, no que diz respeito aos índices que apresentam maiores agravos aqui no Juruá. É um trabalho de suma importância, pois a vinda desses conhecimentos nos permite chegar aos usuários do sistema de saúde em tempo hábil e nos possibilita intervir, evitando, em muitos casos, os óbitos", declarou Catiana.

Entre os temas abordados na capacitação, estão a política de atenção humanizada, o desenvolvimento psicoativo do recém-nascido, os aspectos neurocomportamentais, posicionamento canguru, agenda de acompanhamento do bebê e sua família, orientação aos pais, seguimento ambulatorial e outros.

A equipe aborda diversos temas, como a política de atenção humanizada, o desenvolvimento psicoativo do recém-nascido, os aspectos neurocomportamentais, posicionamento canguru, agenda de acompanhamento do bebê e sua família e outros. Foto: Diego Silva

Para Priscylla Nunes Aguiar, que é a coordenadora estadual do Núcleo de Saúde da Criança, a iniciativa impacta diretamente a continuidade e manutenção do aleitamento materno. "É uma ação que também estimula o vínculo entre o bebê, os seus pais e demais familiares. Continuamos firmes em busca de melhorar o serviço em todo o estado, pois quem ganha com esses benefícios é a sociedade", analisou.



# Seis capitais param vacinação de adolescentes contra Covid após nova regra do Ministério da Saúde

Decisão pegou estados e municípios de surpresa e gerou queixas de governos; São Paulo e Rio seguem com a imunização

Seis capitais anunciaram nesta quinta-feira (16) a suspensão da vacinação de adolescentes contra a Covid-19 depois de nova orientação divulgada pelo Ministério da Saúde na quarta (15).

A vacinação foi interrompida ao menos em Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Maceió, Natal e Salvador. Outras capitais decidiram manter a imunização desse grupo, como Rio de Janeiro e São Paulo, ou estão com indefinição em relação ao tema.

Em nota da Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19, vinculada ao Ministério da Saúde, a pasta diz ter revisado a recomendação para imunização de adolescentes sem comorbidades.

O órgão federal restringiu o esquema vacinal ao público de 12 a 17 anos com comorbidades ou deficiência e aos privados de liberdade. A decisão pegou estados e municípios de surpresa.

Na Bahia, a prefeitura de Salvador seguiu a recomendação do ministério e suspendeu ainda na manhã desta quinta a vacinação de adolescentes entre 12 e 17 anos. A imunização foi mantida para as pessoas nesta faixa de idade com comorbidades, deficiência permanente ou privadas de liberdade.

A capital baiana já havia vacinado adolescentes de 15 a 17 anos e estava imunizando os jovens na faixa de 14 anos. Ao todo, já receberam a dose 47.653 adolescentes entre 12 e 17 anos, cerca de 30% do público-alvo na cidade.

A prefeitura de Belo Horizonte, que não havia fechado data para iniciar a imunização dos adolescentes sem comorbidades contra a Covid-19, informou que não vai vacinar adolescentes acima de 12 anos desse grupo contra a doença.

A Secretaria da Saúde de Belém também afirmou que seguirá a orientação do governo federal e suspenderá a vacinação de adolescentes sem comorbidades. Na cidade, adolescentes de 17 anos já haviam sido imunizados.

Após a nota do governo federal, as prefeituras de Curitiba e Maceió também anunciaram nesta quinta que vão suspender a vacinação dos jovens de 12 a 17 anos sem comorbidades.

Está mantida, porém, a imunização dessa faixa etária nos casos de deficiência permanente ou alguma comorbidade.

Em Natal, a prefeitura começaria nesta quinta a imunização de adolescentes de 17 anos sem comorbidades, mas suspendeu a campanha por precaução, devido à nota.

Em oito capitais, pelo contrário, a vacinação seguirá e, em outras duas, as prefeituras estão aguardando detalhes do PNI (Programa Nacional de Imunizações).

São os casos de Manaus e Florianópolis. A prefeitura de Manaus afirmou que a equipe técnica do município ainda decidirá se suspende ou não a vacinação, que já foi iniciada para esse grupo etário há mais de um mês, em 14 de agosto.

Já Florianópolis também vai deliberar sobre o assunto e aguarda posicionamento do PNI.

Em Palmas, o anúncio da suspensão fez a prefeita, Cinthia Ribeiro (PSDB), usar as redes sociais para criticar a nota informativa do Ministério da Saúde.

"É muita desorganização esse PNI. Toda hora precisamos ajustar no meio do caminho 'o que pode ou não pode', sem contar os desafios de lidar com a falta de imunizantes. Tá osso!", escreveu.

Entre as capitais que decidiram manter a vacinação estão São Paulo, Rio de Janeiro, Aracaju, Porto Velho, Porto Alegre, Rio Branco, Goiânia e Campo Grande.

Na capital paulista, até 15 de setembro, foram aplicadas 712.499 primeiras doses em adolescentes de 12 a 17 anos de idade, representando 84,4% de cobertura vacinal do público, estimado em 844.073 pessoas. A gestão de Ricardo Nunes (MDB) afirmou em nota que, por esse motivo, não interromperá a vacinação dessa faixa etária.

O governo de São Paulo disse lamentar a decisão do Ministério da Saúde e afirmou que ela vai na contramão de autoridades sanitárias de diversos países.

"A medida cria insegurança e causa apreensão em milhões de adolescentes e famílias que esperam ver os seus filhos imunizados, além de professores que convivem com eles", diz trecho de nota enviada pela gestão de João Doria (PSDB).

No Rio, a prefeitura decidiu manter a vacinação dos adolescentes de 14 anos, já marcada para esta quinta e sexta. A secretaria municipal de Saúde afirma que a recomendação do ministério leva em consideração o momento de escassez de vacinas.

Na capital fluminense, informam ainda, a vacinação de adolescentes de 12 e 13 anos será submetida na próxima quarta-feira (22) ao Comitê Especial de Enfrentamento à Covid-19, que avaliará as ponderações do ministério. A secretaria também reforça que o assunto está em discussão no Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde).

Ao manter a vacinação, Aracaju alega que a nota do ministério "não suspende ou proíbe a administração de vacina em adolescentes sem comorbidades".

Porto Velho tomou decisão semelhante e informou que não suspenderá, neste momento, a aplicação das doses nos adolescentes, pois tem estoque suficiente para atender a todos os perfis específicos dessa faixa etária.

Já a prefeitura de São Luís informou que vacinou 100% dos adolescentes de 12 a 17 anos cadastrados em seu sistema e que a OMS (Organização Mundial da Saúde) orienta a garantia de aplicação das duas doses para completar o ciclo de vacinação.

Por isso, aguarda esclarecimentos para adotar novas diretrizes na campanha municipal de vacinação.

Cuiabá e Teresina ainda não começaram a vacinar os adolescentes sem comorbidades.

## MEC estuda criação da primeira universidade federal digital do país

O Ministério da Educação (MEC) planeja criar uma universidade federal digital para, segundo o ministro Milton Ribeiro, ampliar o acesso dos estudantes de todo o país à rede pública federal de ensino.

"Queremos criar a primeira universidade federal digital no país e ampliar o acesso a todos", disse o ministro ao participar, hoje (16), de audiência pública na Comissão de Educação do Senado.

Um documento preliminar do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, de maio deste ano, cita a avaliação de viabilidade da iniciativa entre as metas da Secretaria de Educação Superior (Sesu-MEC) para promover a educação à distância nas instituições federais de ensino superior por meio do programa Reuni Digital.

Hoje, no Senado, o ministro Milton Ribeiro disse que a iniciativa segue o modelo já implementado por outros países e respeita as diretrizes, metas e estratégias definidas no Plano Nacional de Educação (PNE). De acordo com o ministro, o uso das modernas tecnologias de informação podem baratear os custos do ensino de qualidade.

"É isso que temos visto em grandes países que estão desenvolvendo essa ferramenta. Vamos começar com alguns cursos e todos vão poder ter acesso, pois com 400, 500 professores, eu posso atingir a milhões de alunos no país todo, obedecendo às premissas do PNE", disse o ministro.

O ministro lembrou que, nos últimos anos, o orçamento das universidades federais foi impactado pela crise econômica e, principalmente, pela pandemia da covid-19.

"Quando falamos em diminuição das verbas para as universidades federais, eu concordo plenamente. Vejo que, em um passado não tão distante, o orçamento do ensino federal era muito grande, muito maior do que o que temos hoje", disse Ribeiro

"Vale dizer que vivemos tempo de guerra, de pandemia", acrescentou o ministro, enfatizando que, na proposta orçamentária para 2022, o ministério pede ao Congresso Nacional que autorize um aumento de recursos para a pasta.

"A proposta que o Parlamento vai apreciar fala em um aumento mínimo de cerca de 17% para as universidades federais, e de 28% para os institutos federais. Por que isso? Porque temos 69 universidades federais com 281 campi. E 38 institutos, Cetecs [centros educacionais técnicos], além do Dom Pedro II. E esses, juntos, somam 670 campi. Então, além da visão política de dar mais oportunidade à [formação] de mão de obra técnica, o número de campi [do segundo grupo] é muito maior", comentou Ribeiro.

"Processo nº 0058165-71.2019.8.19.0001 - MPERJ x AZUL - Isso posto, **CONFIRMO A TUTELA DE URGÊNCIA** e **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pleito autoral para o fim de **CONDENAR** a Ré a: I) Sempre que especificar regra de reembolso/cancelamento e alteração de voo, a **ESCLARECER, COM DESTAQUE E PARA PRONTA VISUALIZAÇÃO,** a faculdade de o consumidor desistir da passagem aérea adquirida, sem qualquer ônus, desde que o faça no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento do seu comprovante, conforme previsto na Resolução nº 400/16 da ANAC (art. 11), ou ato normativo que vier a substituí-lo, sob pena de multa diária que fixo em R$10.000,00 (dez mil reais); II) **INDENIZAR** os danos materiais e morais de que tenham padecido os consumidores, individualmente considerados, em virtude dos fatos narrados, devendo a liquidação e o cumprimento da presente sentença se dar nos termos do artigo 97, ou ainda do artigo 98, ambos do CDC, devendo o Cartório, a requerimento dos interessados, expedir as certidões da sentença, constando ou não a ocorrência do trânsito em julgado, a fim de que o consumidor possa liquidá-la junto ao juízo cível que couber por distribuição; III) **RESTITUIÇÃO** do preço pago a maior de forma simples; IV) **REPARAR** os danos materiais e morais causados aos consumidores, considerados em sentido coletivo, no valor mínimo de R$200.000,00 (duzentos mil reais), corrigidos e acrescidos de juros, cujo valor reverterá ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, mencionado no art. 13 da Lei nº 7.347/85; V) seja o réu condenado a publicar, às suas custas, VI) **PUBLICAR**, no prazo de 30 dias, em dois jornais de grande circulação em cada uma das capitais do país, a parte dispositiva da presente sentença, a fim de que os consumidores dela tomem ciência para exercício de seus direitos individuais, sob pena de multa diária que fixo em R$10.000,00 (dez mil reais) corrigidos monetariamente. **PUBLIQUEM-SE** os editais a que se refere o art. 94 do CDC. Condeno a Ré nas despesas processuais e deixo de condená-la em honorários advocatícios ante o entendimento pacífico do STJ, no sentido de não caber condenação da parte vencida em ação civil pública ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Ministério Público, em função da observância do princípio da simetria."





# Datafolha: Avaliação de Bolsonaro piora, e reprovação de 53% é novo recorde do presidente

Rejeição segue tendência em pesquisa, após semana mais tensa do mandato com atos de raiz golpista

Após a semana mais tensa de seu mandato, na qual pregou golpismo para multidões no 7 de Setembro, o presidente Jair Bolsonaro segue com sua reprovação em tendência de alta. Ela chegou a 53%, pior índice de seu mandato.

Foi o que aferiu o Datafolha nos dias 13 a 15 de setembro, quando o instituto ouviu presencialmente 3.667 pessoas com mais de 16 anos, em 190 municípios de todo o país. A margem de erro é de dois pontos para mais ou menos.

A oscilação positiva dentro da margem de erro em relação ao recorde apontado em levantamento feito em julho, de 51% de reprovação, dá sequência à curva ascendente desde dezembro do ano passado.

O presidente é avaliado como bom ou ótimo por 22%, oscilação negativa dos 24% da pesquisa anterior, que já indicava o pior índice de seu mandato. O consideram regular 24%, mesmo índice de julho.

Isso sugere que as cenas do 7 de Setembro, com a avenida Paulista cheia por exemplo, reproduzem uma fotografia do nicho decrescente do bolsonarismo entre a população. Se queria fazer algo além de magnetizar fiéis, Bolsonaro fracassou.

Por outro lado, o recuo do presidente após a pressão institucional contra sua retórica golpista mirando o Supremo Tribunal Federal, também não trouxe impacto perceptível na forma de uma queda abrupta de apoio ao presidente na sua base —como havia sido aferido nas interações de rede social.

Essa tendência de rejeição segue constante neste ano, após um 2019 marcado pelo racha em três partes iguais da opinião da população sobre o presidente e um 2020 que o viu se recuperar da resposta errática à pandemia da Covid-19 com a primeira fase do auxílio emergencial aos afetados pela crise.

Neste ano, com a ajuda menor, não houve reação. A agudização da crise política após a cooptação final do centrão como um seguro contra impeachment, por opção exclusiva de Bolsonaro, se mostra uma aposta insuficiente em termos do conjunto da população.

Também não houve uma mudança que possa ser atribuída aos esvaziado atos convocados por entidades de direita no domingo passado (12).

Não faltaram crises desde o mais recente levantamento do Datafolha. Bolsonaro fez desfilar tanques e blindados em Brasília, sem sucesso na tentativa de intimidar o Congresso que não aceitou a volta do voto impresso.

A economia registra problemas em série, a começar pela alta da inflação e da ameaça de crise energética no horizonte próximo.

O estouro do teto de gastos é uma hipótese cada vez mais comentada, e há pouca margem de manobra orçamentária para apostar numa recuperação de popularidade amparada em pacotes populistas.

Isso tem levado ao desembarque de setores usualmente simpáticos ao Planalto, como parte do agronegócio e do mercado financeiro. Fora a contínua crise sanitária que já levou quase 590 mil vidas no país e a percepção de corrupção federal evidenciada na CPI da Covid.

Nesta rodada, o Datafolha identificou um aumento mais expressivo de rejeição ao presidente entre quem ganha de 5 a 10 salários mínimos (41% para 50%, de julho para cá) e entre as pessoas com mais de 60 anos (de 45% para 51%).

Significativamente, Bolsonaro passou a ser mais rejeitado no agregado das regiões Norte e Centro-Oeste (16% da amostra), onde costuma ter mais apoio e de onde saíram muitos dos caminhoneiros que ameaçaram invadir o Supremo na esteira do 7 de Setembro. Sob muitos protestos, eles depois foram demovidos pelo pressionado do presidente.

Lá, sua rejeição subiu de 41% para 48%, ainda que esteja marginalmente abaixo da média nacional.

O perfil de quem rejeita o presidente segue semelhante ao já registrado antes. Péssima notícia eleitoral, já que perfazem 51% da população na amostra, 56% daqueles que ganham até 2 salários mínimos o acham ruim ou péssimo, assim como 61% dos que têm curso superior (21% da amostra).

Aqui, nas camadas menos ricas e escolarizadas, há um lento espraiamento das visões negativas sobre o presidente. Na já citada camada de quem ganha até 2 mínimos, em julho eram 54% os que o rejeitavam. Na daqueles que recebem de 2 a 5 mínimos, a rejeição foi de 47% para 51%, oscilação positiva no limite da margem de erro.

Ambos os grupos somam 86% da população na amostragem do Datafolha. Outro grupo importante, o daqueles com ensino fundamental (33% da amostra) viu uma subida ainda maior, de 49% para 55%, enquanto houve estabilidade (49% para 48%) entre quem cursou o nível médio (46% dos brasileiros).

Em nichos, há rejeições bastante expressivas entre gays e bissexuais (6% dos ouvidos), de 73%, e entre estudantes (4%): 63%.

Na mão contrária, os mais ricos são o grupo em que a reprovação do presidente mais caiu de julho para cá, de 58% para 46%, retomando pontualmente uma correlação que remonta à campanha que levou o capitão reformado à Presidência.

Entre eles, 36% o consideram ótimo e bom. Integram esse contingente 3% da população pesquisada. O Sul (15% da amostra), bastião do presidente desde a disputa de 2018, segue avaliando ele melhor do que outras regiões: 28% dos ouvidos lá o aprovam.

Pormenorizando, os empresários (2% dos ouvidos) permanecem com os mais fiéis bolsonaristas, com 47% de aprovação. É o único grupo em que o ótimo e bom supera o ruim e péssimo (34%).

No segmento evangélico, outra base do bolsonarismo, as notícias não são boas para o presidente. Desde janeiro, a reprovação ao presidente já subiu 11 pontos, e hoje está superior (41%) à sua aprovação (29%). Na rodada anterior, havia empate técnico (34% a 37%, respectivamente).

Isso ocorre em meio à campanha por ora frustrada de emplacar o ex-advogado-geral da União André Mendonça, que é pastor, para uma vaga no Supremo.

A tensão institucional deste julho para cá foi das maiores de um governo já acostumado a bater recordes no setor. Igualmente, Bolsonaro só perde para Fernando Collor de Mello (então no PRN) em impopularidade a esta altura do mandato, contando aqui apenas presidentes eleitos para um primeiro mandato.

O hoje senador alagoano tinha neste ponto de seu governo 68% de rejeição, ante 21% de avaliação regular e só 9% de aprovação. Acabaria sofrendo a abertura de um processo impeachment na sequência, em 1992, renunciando para evitar a perda de direitos políticos.

Fernando Henrique Cardoso (PSDB), por sua vez, registrava 16% de ruim e péssimo, 42% de regular e 39% de aprovação. O petista Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, marcava 23%, 40% e 35%, respectivamente, e sua sucessora Dilma Rousseff (PT), semelhantes 22%, 42% e 36%.

Em sua live semanal na noite desta quinta (16), Bolsonaro evitou comentar os resultados da pesquisa. "Datafolha falou que eu tenho 53% de rejeição. Datafolha não é parâmetro para nada", disse.

## Reforma do IR deve ter efeito quase nulo na redução da desigualdade, diz estudo

Do jeito que está hoje, o texto da reforma do Imposto de Renda deve ter efeito quase nulo na redução da desigualdade, segundo estudo exclusivo do Made (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades), da USP.

Na noite do último dia 1º, a Câmara aprovou o texto-base do projeto de lei que muda as regras do Imposto de Renda, após o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), ter chegado a um acordo com a oposição. A reforma agora segue para o Senado.

Nos moldes atuais, o Imposto de Renda para pessoas físicas é responsável por reduzir em 2,51% a desigualdade na renda. Caso o texto atual seja aprovado no Senado, esse efeito passaria a ser de 2,71%, ou seja, uma melhora de somente 0,2 ponto percentual na progressividade do sistema.

O texto atual prevê, entre outras mudanças, o corte da alíquota-base de 15% para 8% do IRPJ (o governo queria redução para 12,5% em 2022 e 10% em 2023), além de corte da CSLL em até 1 ponto percentual (na maioria dos casos, cai para 8%).

Entre a proposta original do governo e o que foi modificado na Câmara, porém, a reforma acabou sendo influenciada por pressões, que fizeram com que o percentual cobrado pela distribuição de lucros e dividendos passasse de 20% para 15%.

A tributação sobre lucros e dividendos distribuídos para acionistas também foi aprovada com diversas isenções —para empresas optantes do Simples e do lucro presumido, por exemplo.

A taxação de dividendos seria um dos pontos que mais poderiam contribuir para o caráter progressivo da reforma, explica a economista Laura Carvalho, coautora do estudo, que mede o efeito direto das alterações do Imposto de Renda para pessoas físicas.

Uma pequena mudança, que criasse um escalonamento na cobrança de dividendos para os contribuintes, de 15% a 20%, e elevasse a cobrança do 1% mais rico dos contribuintes para até 40% poderia ter um efeito três vezes maior sobre a redução da desigualdade, aponta o estudo do Made.

Além disso, poderia aumentar a arrecadação em 23,9% —ante o aumento de 4% previsto com a proposta atual.

O texto inicialmente tinha esse aspecto positivo e contava com a colaboração da Receita Federal, no sentido de reinstituir a tributação de dividendos, o que é quase um consenso entre economistas", diz Carvalho.

Ela complementa que, assim como várias outras iniciativas da equipe econômica, a reforma foi sendo desidratada ao se deparar com grupos de interesses, e virou um texto que não cumpre o propósito de aumentar a progressividade do sistema, além de criar isenções e deduções que incentivam a "pejotização" (quando a empresa opta por manter um empregado atuando como pessoa jurídica).

Ao se pensar em uma reforma, o objetivo deve ser a redução das iniquidades e aumento da eficiência. O projeto aprovado, no entanto, peca nos dois objetivos, diz.

Segundo Carvalho, as mudanças feitas na reforma diminuíram a possibilidade de aumentar a justiça tributária. "Como o Imposto de Renda para Pessoa Jurídica também foi reduzido, isso pode gerar um aumento global da desigualdade, indiretamente, já que essa redução pode levar a uma perda de arrecadação que prejudique os recursos para programas sociais."

Nesse sentido, a professora diz acreditar que uma nova reforma será necessária em breve, para corrigir essas distorções, caso o texto aprovado na Câmara não sofra modificações.

Ela também avalia que o texto final acaba demonstrando objetivos de cunho eleitoral de curto prazo, ao favorecer camadas médias e isentar grupos com alto poder de influência.

Carvalho também diz perceber a falta de uma agenda econômica clara, o que faz com que as reformas sejam propostas de forma atribulada e sem a devida articulação com os parlamentares.

"A proposta foi sendo desidratada, o efeito de redução de desigualdade, que já não era grande, ficou quase nulo, conforme se reduziu a alíquota de tributação sobre dividendos", complementa a economista.

No estudo, os economistas também calcularam separadamente o impacto de cada uma das medidas, em valores deflacionados de dezembro do ano passado. A alteração nas faixas do IR, por exemplo, levaria a uma redução de 10% na arrecadação, pelo maior número de contribuintes que passariam a ficar isentos e pelo reajuste para as demais faixas.

As propostas de mudanças no Imposto de Renda foram motivo de desgaste para o governo desde a entrega do texto original pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

Empresários e as entidades representativas fizeram diversas críticas à volta da cobrança de dividendos após 26 anos sem a contrapartida que gostariam, com uma redução do Imposto para Pessoa Jurídica.



# Presidente do TCE-AC ameaça entregar cargo por conta de limites impostos

Cezar Negreiros

Presidente do TCE, conselheiro Ronald Polanco, fez desabafo antes de suspender sessão

A sessão do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC) foi suspensa no dia de ontem após o conselheiro Ronald Polanco Ribeiro ameaçar entregar a presidência da Corte aos pares. O desabafo é motivado pelas últimas decisões do Congresso Nacional de querer transformar os tribunais de controle externo em "faz de conta". Fazia poucos instantes que os conselheiros tinham refutado a decisão do relator Valmir Ribeiro de instaurar um procedimento investigatório para tomada de contas especial do prefeito de Sena Madureira, Mazinho Serafim correspondente ao exercício de 2018. O relatório do procurador do Ministério Público Especial (MPE), Sérgio Cunha Mendonça apontava as seguintes irregularidades: destinação de 21,32% para financiamento da Educação, enquanto a previsão constitucional estipula a obrigatoriedade de 25% da receita tributária e transferência de um ano de exercício para outro de quase um milhão de reais sem comprovação de receita.

O Senado tinha aprovado em 1º turno, por 57 votos favoráveis e 17 contrários, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 13/2021, que termina com a obrigatoriedade dos Estados e municípios de destinarem o gasto mínimo com a Educação, previsto na Constituição. A proposta do senador rondoniense, Marcos Rogério (DEM-RO), isenta governadores e prefeitos de qualquer punição por não terem cumpriram o que determina a Constituição no ano passado, com base neste entendimento não poderão sofrer nenhuma pena cível, administrativa ou criminal.

Afinal de contas, os detentores de cargos ou funções públicas que tiveram as prestações de contas consideradas irregulares que foram punidos apenas com multa, não poderão ficar mais inelegíveis, de acordo com o Projeto de Lei Complementar (PLP) 9/2021. A proposta de autoria do senador piauiense, Marcelo Castro (MDB-PI), foi aprovado em Plenário na última terça-feira (dia 14) com 49 votos a favor e 24 contrários, mas como não teve alterações em relação ao texto aprovado na Câmara dos Deputados no dia 24 de junho deste ano, o PLP segue para sanção presidencial.

> Se o PL for sancionado pelo presidente da República nosso trabalho perde o sentido, já que os maus gestores não serão punidos"

## Congresso Nacional sepulta a Lei da Ficha Limpa

Cezar Negreiros

Senado põe fim à inelegibilidade dos políticos que tiveram prestações de contas rejeitadas pelos órgãos de controle externo. Os ex-prefeitos e ex-gestores acreanos que faziam parte da lista negra dos inelegíveis, agora ganharam mais uma chance de disputar o pleito eleitoral do próximo ano, amparados pelo Projeto de Lei Complementar (PLP nº 9/2021) que flexibiliza a Lei da Inelegibilidade e da Ficha Limpa aprovado recentemente, pelos senadores da República.

Apesar de a legislação vigente determinar a inelegibilidade dos gestores públicos que tiveram as suas prestações de contas rejeitadas pelos Tribunais de Contas por irregularidade insanável que configure por crime de improbidade administrativa. Assim que o presidente da República, Jair Bolsonaro sancionar a decisão do Senado, os ex-prefeitos André Maia, Ederaldo Caetano de Souza, Marilete Vitorino Siqueira, Francisco Tavares, Vagner de Santana Amorim, Hilário de Holanda Melo, Humberto Gonçalves Filho, Jasone Ferreira da Silva, Joais da Silva dos Santos, João Eduardo Teles de Lima (Padeiro), Jonas Dales da Costa Silva, José Augusto Gomes da Cunha, José Brasil Barbosa da Silva, Juarez Leitão, Aldemir Lopes, Ale Anute Silva, André Hassem, Celso Ribeiro, Cleidison de Jesus Rocha, Clovis Valdir Moretti, Erisvaldo Torquato Fernandes, Francimar Fernandes, Cleudo Rocha da Costa, Roney de Oliveira Firmino, Vagner José Sales, Vanderlei Messias Sales, Vilseu Ferreira da Silva, Wanderley Zaire Lopes, José Maria Rodrigues, José Ronaldo Pessoa Pereira, Rui Coelho, Júlio Barbosa Aquino, Luiz Helosman Andrade, Manuel da Silva Almeida, Marcinho Miranda, Maria do Socorro da Silva Prado, Maria Eliane Gadelha, Mauri Sérgio de Oliveira, Michel Marques Abrahão, Neuzari Correia Pinheiro, Nilson Areal, Paulo César da Silva, Randson Oliveira almeida e Rivelino da Silva Mota, podem retornar a vida pública, através de uma candidatura majoritária ou proporcional.

Desde o mês passado que os vereadores do Bujari tinham aprovado o Requerimento nº 062/2021, que pedia o fim da lei da Ficha Limpa. A população compareceu a Casa do Povo para pressionar os vereadores de não aprovar a proposta considerada inconstitucional. Os opositores chegaram a prometer recorrer aos tribunais para que a proposta fosse revogada, porque entenderam que o Parlamento-Mirim não tinha prerrogativa de legislar em causa própria. A Câmara dos Deputados já tinha aprovado o PLP nº 9/2021, que flexibiliza a legislação vigente para que os gestores e políticos que tiverem suas contas rejeitadas, não fossem considerados inelegíveis, em decorrência das ilegalidades cometidas no setor público.

# Gonzaga visita obras e destaca ação do Deracre no Juruá

Da Redação

Deputado Gonzaga acompanhou obras de recuperação de ramais

O deputado estadual Luiz Gonzaga (PSDB), primeiro-secretário da Assembleia Legislativa do Acre, ao visitar na última semana obras de ramais executadas pelo Deracre no Vale do Juruá parabenizou o diretor-geral do Departamento, Petrônio Antunes, e o diretor do órgão no Juruá, Luciano de Oliveira, pela qualidade do serviço. Gonzaga também levou a eles novas demandas de moradores dos municípios acreanos.

"O Deracre está de parabéns pelos serviços prestados à população do Acre. Levamos inúmeras indicações ao governo do Estado que foram atendidas pelo Deracre. Esse trabalho é fundamental para incentivar a economia do estado através de melhorias para nossos produtores rurais que usam os ramais e estradas para escoamento de suas produções", disse o deputado.

O diretor do Deracre no Juruá, Luciano de Oliveira, acompanhou Gonzaga em sua vistoria das obras e apresentou o resumo das atividades do órgão nos últimos meses na região. Luciano explicou a reestruturação por que passa o Deracre para fortalecer ainda mais o trabalho no Juruá, ampliando a oferta de serviços

"O Deracre está passando por uma reforma e isso vai nos possibilitar fazer ainda mais. Nossa usina de asfalto estava há seis anos parada e hoje reformamos e já podemos fornecer asfalto para a recuperação das estradas. Instalamos balanças para controlar insumos e produtos que entram e saem do Deracre. Também fizemos a recuperação de mais de 500 quilômetros de ramais nos municípios do Juruá", comentou Luciano.

O deputado Luiz Gonzaga agradeceu e destacou a ação do Deracre.